

**ATA NÚMERO 115/XIII/2.<sup>a</sup> SL**

Em 26 de abril de 2017, pelas 10.00, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**10.00H**

- 1. Audição do Ministro das Finanças, sobre os resultados e o plano de reestruturação da Caixa Geral de Depósitos, a requerimento, respetivamente, de PSD e do BE;**
- 2. Fixação da redação final relativa ao texto final da Proposta de Lei n.º 53/XIII/2.<sup>a</sup> (GOV);**
- 3. Discussão e votação do requerimento do PSD para audição do Ministro das Finanças sobre o acordo com o Santander Totta;**
- 4. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 295/XIII/2.<sup>a</sup> - *Adoção de medidas com vista a evitar o despejo de devedores da sua casa de morada de família, sem que seja encontrada uma solução habitacional;*  
Cabe ao CDS-PP**
- 5. Designação de autor de parecer à Proposta de Lei n.º 73/XIII/2.<sup>a</sup> (Gov.) - *Regula a troca automática de informações obrigatória relativa a decisões fiscais prévias transfronteiriças e a acordos prévios sobre preços de transferência e no domínio da fiscalidade, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2376 e a Diretiva (UE) 2016/881;*  
Cabe ao GP CDS-PP**
- 6. Designação de autor de parecer à Proposta de Lei n.º 74/XIII/2.<sup>a</sup> (Gov.) - *Regula os fundos de recuperação de créditos;*  
Cabe ao GP PSD**
- 7. Outros assuntos.**

**1. Audição com o Ministro das Finanças sobre, os resultados e o plano de reestruturação da Caixa Geral de Depósitos, a requerimento, respetivamente, de PSD e do BE.**

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao Ministro das Finanças e à sua equipa, enquadrando a respetiva audição nos requerimentos apresentados por PSD e BE e aprovados em reunião da Comissão.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Margarida Balseiro Lopes (PSD), Mariana Mortágua (BE), João Paulo Correia (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo o Ministro das Finanças respondido individualmente às questões colocadas. Ainda em sede de primeira ronda interveio, para um protesto, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), com resposta do Ministro da Finanças.

Na segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Carlos Silva (PSD), João Paulo Correia (PS), Mariana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Tiago e Paulo Sá (PCP), tendo o Senhor Ministro respondido ao conjunto das intervenções.

Em sede de interpelação à mesa, o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) manifestou a intenção de apresentar um requerimento oral, tendo o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) pedido o adiamento da discussão e votação do mesmo. Ainda nesta ronda o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) apresentou um protesto.

Na terceira ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Inês Domingos (PSD) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet da audição](#).

**2. Fixação da redação final relativa ao texto final da [Proposta de Lei n.º 53/XIII/2.ª \(GOV\)](#);**

A redação final foi fixada sem votos contra.

**3. Discussão e votação do requerimento do PSD para audição do Ministro das Finanças sobre o acordo com o Santander Totta;**

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) apresentou o requerimento, sintetizando os argumentos ali expostos. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou que foi já aprovado o pedido de documentação relacionada com esta matéria e que esta deverá estar disponível antes de se avançar com esta audição, caso a mesma seja aprovada.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) considerou que faz sentido que a audição se efetue após receber a documentação, manifestando preocupação, contudo, com a possibilidade de suceder o mesmo

que está a acontecer com o Relatório da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), sustentando que esta a divulgação deste tem conhecido atrasos. Não admite a possibilidade de adiamento da audição *sine die*, condicionada ao envio de documentação. Referiu o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) que é importante que a documentação seja facultada o mais rapidamente possível, uma vez que a mesma é essencial para a audição.

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

**4. Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 295/XIII/2.ª](#) - Adoção de medidas com vista a evitar o despejo de devedores da sua casa de morada de família, sem que seja encontrada uma solução habitacional;**

**Cabe ao CDS-PP;**

O CDS-PP indicou o Senhor Deputado João Pinho de Almeida.

**5. Designação de autor de parecer à [Proposta de Lei n.º 73/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Regula a troca automática de informações obrigatória relativa a decisões fiscais prévias transfronteiriças e a acordos prévios sobre preços de transferência e no domínio da fiscalidade, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2376 e a Diretiva (UE) 2016/881;**

**Cabe ao GP CDS-PP;**

O CDS-PP indicou a Senhora Deputada Cecília Meireles.

**6. Designação de autor de parecer à [Proposta de Lei n.º 74/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Regula os fundos de recuperação de créditos;**

**Cabe ao GP PSD**

O PSD indicou o Senhor Deputado Carlos Silva.

**7. Outros assuntos.**

A Senhora Presidente suscitou a hipótese de o requerimento oral do PSD ser admitido, tendo o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) usado da palavra para acrescentar uma preocupação com a audição relativa ao [Projeto de Lei n.º 362/XIII/2.ª \(PSD\)](#), no sentido de a mesma poder ser efetuada nas próximas duas semanas ou, caso contrário, avançar-se com o processo legislativo.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) pediu que o requerimento seja reduzido a escrito, o que mereceu a concordância do PSD, e discutido na próxima reunião.

A Senhora Presidente propôs a realização, no dia 19 de maio, pelas 14 horas, da audição regimental com o Ministro das Finanças, à qual se seguiria a audição relativa à Conta Geral do Estado (CGE) e a respeitante às transferências para offshores.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) sugeriu deixar a audição sobre transferências para offshores para outra ocasião, efetuando-se apenas as primeiras duas audições nesse dia, sendo secundado pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que recordou que, por vezes, longas audições levam à desmarcação de outras.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), concordando também no último ponto, perguntou se é possível saber o ponto de situação do relatório da IGF sobre transferências para offshores, notando que, não sendo obrigatório para proceder às audições em falta, o CDS-PP não vai prescindir do mesmo nem de saber quando é entregue.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) notou que o Ministro das Finanças já compareceu em diversas audições na Assembleia da República. No que toca às audições de dia 19 de maio, não se opõe à realização de duas ou de três audições, considerando que nenhum tema perde relevância em consequência da escolha efetuada.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) declarou que, por princípio, o Governo deve vir sempre que chamado, mas tem que haver bom senso e racionalizar o tempo. Concordou com a agregação da audição regimental com a CGE e juntar as audições sobre transferências para offshores e contratos de swap. Enfatizou a necessidade de ter acesso ao relatório da IGF.

A Senhora Presidente informou que tomou nota das diversas opiniões e que ponderará a marcação das audições em consonância.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) recordou, no que toca às audições sobre transferências para offshores, que há uma ordem a seguir (de aprovação dos requerimentos) e que há necessidade de marcar as mesmas.

A Senhora Presidente notou que serão conjugados temas e as precedências dos requerimentos.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) questionou a Senhora Presidente sobre a eventual existência de audições na 6.ª feira seguinte, tendo a Senhora Presidente informado que tal não se verificava.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) acompanhou a necessidade de marcar as audições em falta e secundou o pedido já efetuado de solicitar ao Ministério das Finanças informação sobre o relatório da IGF. Não se deverá entender esta questão como uma tentativa de pressão, uma vez que há uma hierarquia, e devem ser compreendidos os motivos do atraso, assegurando que o mesmo seja finalizado.

O Senhor Deputado Eurico Brillhante Dias (PS) declarou que não há inconveniente em efetuar as audições sobre transferências para offshores sem o relatório, até porque as mesmas não se efetivaram antes por mera indisponibilidade da Senhora Deputada Maria Luís Albuquerque. Notou que há expectativa sobre o relatório da IGF. Deu conta das circunstâncias que, eventualmente, terão levado ao atraso em terminar o relatório e salientou a importância de conhecer o mesmo, defendendo que o Inspetor-Geral de Finanças apenas deverá ser ouvido após o relatório ser facultado.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) defendeu a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para proceder à apreciação dos Projetos de Lei n.º [405/XIII/2.ª \(PCP\)](#), [434/XIII/2.ª \(BE\)](#) e [485/XIII/2.ª \(PAN\)](#), dado tratar-se de uma questão complexa e que implica uma análise cuidadosa, proposta que não mereceu oposição de nenhum GP.

Cabendo a coordenação do GT ao PSD, o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) propôs que o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) coordenasse o mesmo, trocando-se a ordem de distribuição da coordenação de GT, proposta que foi aceite.

Noutro tema, o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) notou que, no dia 11 de maio, a Comissão teria uma reunião e um almoço com uma delegação do Parlamento finlandês, pelo que, mais tarde, faria contactos preparatórios para este evento.

Não havendo outros assuntos a discutir, a Senhora Presidente encerrou a reunião, às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de abril de 2017

**A PRESIDENTE**

(Teresa Leal Coelho)

**Reunião de 26 de abril de 2017**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro  
António Ventura  
Carlos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eurico Brilhante Dias  
Fernando Anastácio  
Hortense Martins  
Inês Domingos  
Jamila Madeira  
João Galamba  
João Paulo Correia  
João Pinho de Almeida  
Margarida Balseiro Lopes  
Mariana Mortágua  
Paulo Sá  
Paulo Trigo Pereira  
Ricardo Leão  
Teresa Leal Coelho  
Miguel Tiago

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulino Ascensão  
Rubina Berardo